

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATORIAS - 2017

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

RELATÓRIO DA DIRETORIA

SENHORES E SENHORAS ACIONISTAS,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, muito nos honra submeter à apreciação de Vossas Senhorias, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, assim como destacar os fatos que marcaram e que tiveram efeito em nossa Companhia durante o exercício.

Desempenho Operacional Mercado Consumidor:

Consumidores	2017 - Mwh	2016 - Mwh	Variação %	Participação no consumo
Residencial	45.078	43.324	4,05%	38,56%
Industrial	14.183	13.440	5,53%	12,13%
Comercial	21.289	20.447	4,12%	18,21%
Rural	16.820	18.208	-7,62%	14,39%
Demais Classes	19.537	20.022	-2,42%	16,71%
Total	116.907	115.441	1,27%	100%

Índices Técnicos da CHESP:

O índice de perdas foi de 13,36%, preocupante pois está com viés de alta, mas medidas estão sendo tomadas para diminuí-lo.

O Índice de Duração Equivalente por Consumidor – DEC foi de 8,18 horas e o Índice de Frequência Equivalente por Consumidor – FEC foi 9,94 vezes, resultados expressivos que colocaram a CHESP com o 11º (décimo primeiro) lugar entre 64 (sessenta e quatro) distribuidoras brasileiras no Índice Aneel de Satisfação do Consumidor – IASC 2017 e com o 9º (nono) lugar no Ranking ANEEL de qualidade em 2017.

Investimentos:

A CHESP realizou, em 2017, investimento da ordem de R\$ 3,25 milhões em expansão do sistema elétrico, melhoramento de redes e outros;

Certificação:

Em 2017, a CHESP certificou os processos de coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos da distribuição de energia elétrica, de tratamento de reclamações de consumidores de energia elétrica, de coleta de dados e apuração dos padrões de atendimento comercial e de aferição de medidores e avaliação técnica dos equipamentos de medição conforme a norma da Organização Internacional para Normalização (International Organization for Standardization) ISO 9001, versão 2015.

A CHESP e seu Contador titular foram contemplados pela ABRACONEE com o Prêmio Qualidade da Transparência Contábil 2017, ano-base 2016, metodologia aplicada na avaliação e seleção das empresas participantes e premiadas pelo Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Eventos:

A CHESP apoiou por meio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, os Projetos: “ILHA DO ILÚS” primeiro longa-metragem de animação 2d para crianças de 4 a 8 anos de idade, “Cia de Teatro Novo Ato” montagem de obra inédita através de intercâmbio cultural com apresentação de teatro de rua voltado para o cidadão goiano, e por meio da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte – PROESPORTE, os projetos esportivos CESUR – Centro Esportivo de Uruana (futsal) e Divino Pereira Farias (atletismo).

Agradecimentos:

Nossos agradecimentos aos senhores acionistas, consumidores, Governos Federal, Estadual e Municipais, fornecedores, prestadores de serviço, credores e, em especial aos nossos colaboradores, pela dedicação.

Ceres, 31 de dezembro de 2017.

Ricardo de Pina Martin

Diretor Presidente

BALANÇO SOCIAL CHESP – 31/12/2017 e 31/12/2016

1 – BASE DE CÁLCULO		2017		2016		
		R\$ Mil		R\$ Mil		
1.1-Receita Líquida (RL)		52.934		53.631		
1.2-Resultado Operacional (RO)		4.288		4.842		
1.3-Folha de Pagamento Bruta (FPB)		5.645		5.425		
		2017		2016		
		Valor	%	Valor	%	
		Reais	sobre	Reais	sobre	
		Mil	FPB	Mil	FPB	
			RL		RL	
2-INDICADORES SOCIAIS INTERNOS						
2.1-Alimentação	1.014	17,96	1,92	1.002	18,47	1,87
2.2-Saúde	111	1,97	0,21	181	3,34	0,34
2.3-Educação	42	0,74	0,08	38	0,70	0,07
2.4-Participação dos trabalhadores nos Lucros ou Resultados	314	5,56	0,59	213	3,93	0,40
2.5-Gratificação de férias	163	2,89	0,31	148	2,73	0,28
2.6-Outros benefícios	119	2,11	0,22	128	2,36	0,24
	1.763	31,23	3,33	1.710	31,52	3,19
		% RO	% RL		% RO	% RL
3-INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS						
3.1-Tributos	27.209	634,54	51,40	29.058	600,12	54,18
4-CORPO FUNCIONAL						
4.1-Nº empregados ao final do exercício					2017	2016
					128	125
4.2-Escolaridade dos empregados:						
Superior com extensão universitária					36	34
Ensino Médio					83	76
Ensino Fundamental					4	9
Outros					5	6
4.3-Faixa etária dos empregados:						
Abaixo de 30 anos					25	22
De 30 até 45 anos					68	71
Acima de 45 anos					35	32
4.4-Nº de admissões durante o exercício						
4.5-Nº de mulheres que trabalham na empresa						
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres					13,0	13,0
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes					17,6	18,0
4.6-Nº de negros que trabalham na empresa						
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros					0,0	0,0
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes					0,0	0,0
4.7-Aposentadoria no período						
					2	0
4.8-Portadores de deficiência física						
					2	2
4.9-Dependentes dos empregados						
					159	169
4.10-Estagiários						
					1	0
4.11-Relação entre a maior e a menor remuneração						
Maior remuneração					12,52	13,49
Menor remuneração					12,22	12,68
					0,97	0,94
4.12-Nº de acidentes de trabalho sem afastamento						
					0	0
4.13-Nº de acidentes de trabalho com afastamento						
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos + CIPA	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva a à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A participação nos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados (as)
Valor adicionado total a distribuir (R\$ mil):		50.126			52.692	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	77,73%	15,60%	2,72%	77,47%	14,38%	2,62%
	governo	colaboradores	acionistas	governo	colaboradores	acionistas
		1,46%	2,49%		2,38%	3,15%
		terceiros	retidos		terceiros	retidos

**BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016**

ATIVO

Circulante	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.092	5.206
Consumidores	5	11.477	10.816
Concessionárias e permissionárias de energia elétrica	6	57	46
Ativos financeiros setoriais	7	2.024	840
Tributos compensáveis	8	722	685
Parcelamento com órgãos públicos	9	1.213	978
Serviço em curso	10	395	587
Outros ativos circulantes	11	584	609
Almoxarifado operacional		393	337
Despesas pagas antecipadamente	12	79	61
Total do Ativo Circulante		21.035	20.165
Não Circulante			
Tributos compensáveis	8	304	261
Cauções e depósitos vinculados		927	-
Parcelamento com órgãos públicos	9	1.525	2.071
Adiantamento incentivos fiscais		12	12
Outros ativos não circulantes	13	1.668	1.668
Ativos de geração em curso a receber	14	395	485
Bens e direitos para uso futuro		1	1
Total do Ativo Não Circulante		4.831	4.497
Imobilizado	15	57.044	40.325
Intangível		86	119
		57.130	40.444
Total do Ativo Não Circulante		61.960	44.941
TOTAL DO ATIVO		82.996	65.107

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Circulante	Nota	2017	2016
Fornecedores	16	4.405	3.796
Obrigações sociais e trabalhistas	17	845	713
Encargos		2	23
Tributos	18	2.498	2.157
Dividendos e juros sobre capital próprio		235	212
Empréstimos e financiamentos	19	457	2.975
Concessionárias e permissionárias de energia elétrica	20	1.514	1.165
Obrigações estimadas com pessoal	17	604	577
Encargos setoriais	21	3.585	2.110
Passivos financeiros setoriais	22	925	3.437
Outros passivos circulantes		216	234
Total do Passivo Circulante		15.285	17.399
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	19	368	552
Provisão para litígios fiscais	23	5.223	3.208
Concessionárias e permissionárias de energia elétrica	20	815	1.631
Outros passivos financeiros setoriais	24	150	-
Incentivos fiscais	25	118	118
Outros passivos não circulantes		11	11
Obrigações vinculadas a concessão do serviço público	26	20.656	9.187
		27.342	14.707

Capital social	27	21.804	21.804
Reservas de capital	27	6.718	6.665
Reservas de lucros	27	4.743	3.418
Reservas de reavaliação	27	5.903	1.113
Recursos destinados a aumento de capital	27	1.200	-
Total do Patrimônio Líquido		40.369	33.000
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		82.996	65.107

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016

RECEITA	Nota	2017	2016 Reclassificada
Fornecimento de energia elétrica	33	50.990	55.526
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		28.847	30.677
Serviços cobráveis	33	158	167
Ativos e passivos financeiros setoriais	33	3.490	(1.328)
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço		604	658
Outras receitas	33	4.764	5.587
		88.854	91.287
TRIBUTOS			
ICMS		(21.789)	(23.680)
PIS		(963)	(956)
COFINS		(4.445)	(4.411)
ISS		(12)	(10)
		(27.209)	(29.058)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	34	(241)	(240)
Programa de eficiência energética - PEE	34	(241)	(240)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	34	(5.799)	(6.776)
Taxa de fiscalização de serviços de energia	34	(91)	(105)
Outros encargos	34	(2.339)	(1.236)
		(8.711)	(8.598)
RECEITA LÍQUIDA		52.934	53.631
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"			
Energia elétrica comprada para revenda	35	(30.496)	(32.046)
Encargos de conexão, transmissão e distribuição	35	(729)	(338)
		(31.225)	(32.384)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		21.709	21.248
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e administradores		(9.187)	(8.937)
Material		(1.077)	(973)
Serviços de terceiros		(4.136)	(3.542)
Arrendamento e aluguéis		(41)	(24)
Seguros		(68)	(74)
Provisões		(129)	(112)
(-) Recuperação de despesas		213	372
Tributos		(114)	(125)
Depreciação e amortização		(2.449)	(2.055)
Gastos diversos	36	(1.287)	(977)
Outras receitas operacionais	37	120	46
Outras despesas operacionais	37	(154)	(271)
		(18.308)	(16.674)

RESULTADO DA ATIVIDADE		3.401	4.574
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras	38	(691)	(1.233)
Receitas financeiras	38	1.578	1.501
		887	268
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		4.288	4.842
Despesa com Impostos sobre o Lucro			
Contribuição social	31	(413)	(449)
Imposto de renda	31	(1.123)	(1.224)
Resultado antes das participações		2.752	3.168
Participações	32	(138)	(130)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.614	3.038
LUCRO POR AÇÃO ORIGINADO DAS OPERAÇÕES - R\$		0,8597	0,9991

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016

Atividades Operacionais	2017	2016
Recebimentos de consumidores	84.134	92.053
Recebimento uso mútuo postes	294	255
Recebimento CCEE/repasses CDE	3.831	5.488
Outros ingressos	2.871	1.352
Pagamentos a fornecedores	(4.283)	(3.909)
Pagamentos a pessoal	(9.596)	(9.508)
Pagamentos energia elétrica comprada	(30.098)	(31.685)
Pagamentos outras despesas	(1.148)	(1.317)
Caixa gerado pelas operações	46.006	52.728
Juros pagos	(394)	(853)
Tributos	(27.332)	(31.637)
Taxas regulamentares	(8.011)	(8.266)
Recolhimento contribuições do consumidor-CIP	(2.488)	(2.549)
Fluxo de Caixa antes item extraordinário	(38.225)	(43.306)
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais	7.781	9.423
Fluxo de Caixa das atividades de investimentos		
Compra do ativo imobilizado	(3.507)	(3.040)
Juros recebidos	-	11
Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos	(3.507)	(3.029)
Fluxo de Caixa das atividades financeiras		
Aplicações financeiras	(927)	-
Recebido por empréstimos e financiamentos	200	5
Amortização de empréstimos e financiamentos	(3.395)	(3.814)
Dividendos/Juros s/capital próprio	(1.266)	(1.167)
Caixa Líquido consumido nas atividades financeiras	(5.389)	(4.976)
Aumento (redução) líquido na conta caixa	(1.114)	1.418
- Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.206	3.788

- Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4.092	5.206
Aumento (redução) líquido na conta caixa	(1.114)	1.418

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016

GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2017	2016
Receitas de vendas de energia e serviços	88.854	91.287
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(129)	(112)
Outras receitas (despesas) operacionais	(34)	(226)
	88.690	90.949
(-) INSUMOS		
Custo da energia comprada	(31.225)	(32.383)
Materiais e serviço de terceiros	(5.213)	(4.515)
Outros gastos operacionais	(1.256)	(805)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(37.694)	(37.703)
(=) Valor Adicionado Bruto	50.997	53.246
(-) Depreciação e amortização	(2.449)	(2.055)
(=) Valor Adicionado Líquido Gerado	48.548	51.191
Receitas financeiras	1.578	1.501
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	50.126	52.692
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Empregados e Administração:		
Remunerações	5.510	5.446
Encargos sociais (exceto INSS)	443	436
Auxílio alimentação	977	961
Convênio assistencial e outros benefícios	445	399
Participação nos resultados	444	336
	7.819	7.578
GOVERNOS		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	21.789	23.680
PIS/COFINS	5.408	5.368
INSS (sobre folha de pagamento)	1.505	1.489
Imposto de renda e contribuição social	1.536	1.674
Encargos do consumidor	8.711	8.598
Outros impostos, taxas e contribuições	12	10
	38.961	40.819
Juros e variações monetárias	691	1.233
Aluguéis	41	24
Financiadores	731	1.257
Dividendos e participações	1.367	1.379
Lucros retidos	1.248	1.659
Acionistas	2.614	3.038
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	50.126	52.692

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016
 (valores em milhares de reais)
DMPL - REGULATÓRIA

EVENTOS	Capital Social	Remuneração Capital Próprio	Ações em Tesouraria	Ágio na Subscrição de Ações	Outras Reservas de Capital	Reserva Legal	Reservas para Investimentos	Reservas de Reavaliação	Recursos para Aumento Capital	Lucros Acumulados	Total
SALDO EM 31 DEZEMBRO 2015	21.804	590	(14)	1.787	3.647	166	2.036	1.253	-	-	31.268
Remuneração Capital Próprio		68									68
Reserva reavaliação ajuste (VNR/VOC)								(140)			(140)
- Lucro líquido do exercício										3.038	3.038
Destinação do Lucro:											
Dividendos propostos										(1.249)	(1.249)
Reserva legal						123				(123)	-
Reserva para investimentos							1.093			(1.093)	-
Reserva incentivos fiscais					573					(573)	-
Realização ações em tesouraria			14								14
SALDO EM 31 DEZEMBRO 2016	21.804	658	-	1.787	4.220	289	3.129	1.113	-	-	33.000
Remuneração Capital Próprio		53									53
Reserva reavaliação ajuste (VNR/VOC)								4.791			4.791
Reversão juros s/capital próprio							77				77
- Lucro líquido do exercício										2.614	2.614
Destinação do Lucro:											
Dividendos propostos										(1.367)	(1.367)
Reserva legal						131				(131)	-
Reserva para investimentos							1.117			(1.117)	-
Recursos destinado aumento capital									1.200		1.200
SALDO EM 31 DEZEMBRO 2017	21.804	711	-	1.787	4.220	420	4.323	5.904	1.200	-	40.369

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REGULATÓRIAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Hidroelétrica São Patrício – CHESP é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica. Atividade esta, regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A sede social da Companhia está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 618, na Cidade de Ceres, Estado de Goiás - CEP 76.300-000. Conforme determinado no Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia, de 9 de novembro de 2015, a Companhia assinou em 9 de dezembro de 2015 o **Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 44/1999-ANEEL**, vencido em 7 de julho de 2015. A Companhia teve prorrogado o prazo para exploração de sua atividade por mais 30 anos, com vencimento para 7 de julho de 2045. O aditivo foi formalizado de acordo com a Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, do Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012 e do Decreto nº 8.461 de 2 de junho de 2015 que estabeleceu as condições para a prorrogação referente aos critérios operacionais e econômico-financeiros. O novo aditivo exigiu da Companhia o atendimento aos seguintes critérios: (i) eficiência com relação à qualidade do serviço prestado; (ii) eficiência com relação à gestão econômico-financeira; (iii) racionalidade operacional e econômica; e (iv) modicidade tarifária. O alcance dos referidos indicadores será monitorado pela Agência Reguladora - ANEEL, podendo haver a abertura de processo administrativo na eventualidade de não atingimento das metas. A área de concessão da Companhia contempla os municípios de: Carmo do Rio Verde, Ceres, Ipiranga de Goiás, Jaraguá (Parte, conforme Resolução ANEEL N°049/1999), Nova Glória, Rialma, Rianópolis, Santa Isabel, São Patrício e Uruana, todos pertencentes a micro região denominada Vale do São Patrício, no Médio Norte Goiano, e que conta com uma população de cerca de 80 mil habitantes.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma e foram elaboradas de acordo com as práticas emanadas da Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, conjugadas com a Legislação específica aplicável as Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente, representado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, consoante as principais práticas contábeis descritas na nota 3. Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e em quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Despacho nº 4.356-SFF/ANEEL, de 22/12/2017. Adicionalmente, a Companhia apresenta os demonstrativos contábeis com acréscimos de informações e notas explicativas que permitem uma melhor análise, corroborando, assim, com o intuito das Normas Setoriais, no que se refere à transparência e clareza das informações. As demonstrações contábeis regulatórias e societárias auditadas estarão disponíveis no site www.chesp.com.br a partir de 30 de abril de 2018.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela administração em 20/03/2018.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Estão representadas pelo saldo de caixa, depósitos em banco e aplicações financeiras de curto prazo. O saldo de aplicações financeiras está demonstrado pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Consumidores

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e não faturado até a data do balanço, líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD, contabilizadas com base no regime de competência, e incluem os impostos diretos de responsabilidade da Companhia.

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

Constituída em montante considerado suficiente pela administração da Companhia para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na realização das contas a receber (Nota 5).

d) Almoxarifado Operacional

Representam os materiais e os equipamentos em estoque (almoxarifado de manutenção e administrativo) classificados no ativo circulante, registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo os custos de reposição ou valores de realização.

e) Receitas de Fornecimento de Energia Elétrica

Receita de venda de energia: reconhecida pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura.

Receita não faturada: correspondente a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia é consumida.

f) Despesas pagas antecipadamente

Estão representadas por valores relativos a prêmio de seguros.

g) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, corrigidos monetariamente até 31/12/1995, e estão deduzidos da depreciação acumulada.

A Depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas UC - Unidades de Cadastro e Unidade de Adição e Retirada – UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conforme determina a Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015. As taxas anuais estão estabelecidas em tabela anexa a esta Resolução.

h) Redução ao Valor Recuperável

Os ativos imobilizados intangíveis de vida útil definida e diferidos têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

i) Empréstimos e Financiamentos

As obrigações desta natureza estão em moeda nacional, representadas pelo valor principal da dívida, acrescidas de juros e encargos financeiros incorridos até a data de encerramento do balanço.

j) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é provisionada considerando-se como base a média proporcional do consumo do último período de medição. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

k) Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis. Dentre elas principalmente o registro de fornecimento de energia elétrica não faturada e respectivas contas a receber e provisão para crédito de liquidação duvidosa. As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis pelas circunstâncias.

l) Outros Direitos e Obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Componente	2017	2016
Aplicações no mercado aberto	2.204	4.164
Contas bancárias à vista	1.016	553
Numerário em trânsito e caixa	872	489
Total	4.092	5.206

Contas Bancárias à Vista, Numerário em Trânsito e Caixa: as disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

Aplicações no Mercado Aberto: estão apresentadas basicamente por saldos mantidos em aplicações financeiras com disponibilidade imediata, estando essa última acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

NOTA 5 – CONSUMIDORES

5.1 – Desempenho operacional

Em 31 de dezembro 2017 foram totalizadas 36.250 unidades consumidoras faturadas, número 1,57% superior ao de 2016 conforme demonstrado a seguir:

Classe de consumo	2017	2016	2015	2014	2013
Residencial	27.949	27.532	26.935	26.181	25.450
Industrial	84	89	92	93	210
Comercial	3.047	3.026	2.974	2.983	2.784
Rural	4.611	4.500	4.426	4.304	4.274
Demais classes	559	541	530	547	545
Total	36.250	35.688	34.957	34.108	33.263

A CHESP registrou um crescimento da ordem de 1,27% em seu mercado consumidor, fornecendo 116.907 MWh de energia elétrica em 2017 (115.441 MWh em 2016). A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação:

Classe de consumo	2017	2016	2015	2014	2013
Residencial	45.078	43.324	42.083	41.215	38.540
Industrial	14.183	13.440	14.349	15.727	14.935
Comercio e serviços	21.289	20.447	20.655	20.051	18.908
Rural	16.820	18.208	17.627	17.527	16.314
Poder Público	5.851	5.618	5.537	5.543	5.186
Iluminação Pública	8.895	9.518	9.371	9.256	8.901
Serviço Público	4.583	4.662	4.498	4.565	4.633
Consumo próprio	208	224	223	206	193
Total	116.907	115.441	114.343	114.090	107.610
Variação %	1,27%	0,96%	0,22%	6,02%	5,97%

Consumidores - circulante

Fornecimento	2017	2016
Faturado	7.218	6.560
Não faturado	3.186	2.957
Parcelamentos a receber	727	963
Compensação financeira DIC/FIC/DMIC	(4)	(41)
Serviços cobráveis	30	41
Juros e multas s/faturas a receber	145	151
Outros créditos/débitos	175	185
Total	11.477	10.816

Consumidores – contas a receber

Classe de consumo	Valores Correntes			Renegociados		Total	
	Vincendos	Vencidos	PCLD	A receber	PCLD	2017	2016
Residencial	644	1.722	(105)	50	(5)	2.306	1.958
Residencial Baixa Renda	30	94	-	-	-	124	139
Industrial	301	809	(9)	50	-	1.151	1.287
Comércio e serviços	256	665	(42)	204	-	1.083	1.059
Rural	147	501	(17)	28	(2)	657	558
Poder Público	312	504	(25)	157	-	948	1.052
Iluminação Pública	347	967	-	252	-	1.566	1.289
Serviço Público	93	-	-	-	-	93	94
Subtotal	2.130	5.262	(198)	741	(7)	7.928	7.436
Fornecimento não faturado	3.186	-	-	-	-	3.186	2.957
Serviço Taxado/Diversos	71	298	(2)	-	-	367	464
Compensação financeira DIC/FIC/DMIC	(1)	(3)	-	-	-	(4)	(41)
Total	5.386	5.557	(200)	741	(7)	11.477	10.816

Os valores correntes de fornecimento faturado possuem a seguinte abertura:

Consumidor – Classe	A vencer até 60 dias	Vencidas até 90 dias	Vencidas de 91 a 180 dias	Vencidas de 181 a 360 dias	Vencidas acima de 360 dias	Total	
	Faturado					2017	2016
Residencial	644	1.578	22	27	35	2.306	1.958
Residencial Baixa Renda	30	91	1	1	1	124	139
Industrial	301	68	3	57	722	1.151	1.287
Comércio e serviços	256	567	9	33	218	1.083	1.059
Rural	147	463	18	4	25	657	558
Poder Público	312	304	50	107	175	948	1.052
Iluminação Pública	347	477	186	119	437	1.566	1.289
Serviço Público	93	-	-	-	-	93	94
Serviço Taxado/Diversos	71	229	13	43	11	367	464
Compensação financeira DIC/FIC/DMIC	(1)	(1)	-	(1)	(1)	(4)	(41)
Total	2.200	3.776	302	390	1.623	8.291	7.859

(a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) foi constituída de acordo com critérios constantes do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumida:

- . Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- . Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias;
- . Consumidores industriais, rurais, e outros, vencidos há mais de 360 dias.

A administração entende que a provisão constituída é adequada para fazer frente às prováveis perdas na realização desses créditos.

NOTA 6 – CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Componentes	2017	2016
Encargos de uso da rede elétrica	24	9
Outros créditos – reembolso gastos operacionais	31	37
Total	55	46

NOTA 7 – ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Componentes	Saldo 31/12/16	Adição	Amortização	Saldo 31/12/17	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante
CVA - Ativa	402	3.366	(2.278)	1.490	10	1.480	1.490
CVA – Energia comprada	129	3.352	(2.005)	1.476	-	1.476	1.476
CVA - PROINFA	250	3	(250)	3	-	3	3
CVA - CDE	23	11	(23)	11	10	1	11
Demais Ativos Financeiros Setoriais	438	4.534	(4.438)	534	-	534	534
CDE descontos tarifários	325	3.927	(3.831)	421	-	421	421
Diferença mensal receita Baixa Renda	113	607	(607)	113	-	113	113
Total	840	7.900	(6.716)	2.024	10	2.014	2.024

NOTA 8 – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS s/Compras para Ativo Fixo a recuperar em até 48 parcelas	221	304	200	261
Imposto de renda e contribuição social	39	-	35	-
Antecipação Lei 12996/2014	450	-	450	-
Outros	12	-	-	-
Total	722	304	685	261

NOTA 9 – PARCELAMENTOS COM ORGÃOS PÚBLICOS

Orgão	Amortização	2017		2016	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Prefeitura Municipal de Carmo do Rio Verde	03/13 a 02/18	38	-	93	11
Prefeitura Municipal de Carmo Rio Verde – Parcelamento/16	12/16 a 03/21	255	344	275	497
Prefeitura Municipal de Uruana	03/13 a 02/19	43	3	43	40
Prefeitura Municipal de Rialma – Parcelamento 2016	12/16 a 11/21	231	561	198	775
Prefeitura Municipal de Nova Glória	11/16 a 02/20	326	190	163	353
Prefeitura Municipal de Ceres – Parcelamento 2014	12/14 a 11/19	206	189	206	395
Prefeitura Municipal de Ceres – Parcelamento 2017	04/17 a 12/20	85	193	-	-
Prefeitura Municipal de Ipiranga	09/17 a 08/20	29	45	-	-
Total		1.213	1.525	978	2.071

Prefeitura de Carmo Rio Verde

- Parcelamento autorizado pela Lei Municipal nº 1.015/05 de 16 de junho de 2005, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica referentes ao período de junho de 2000 a dezembro de 2004.

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidos em 2010, 2011 e 2012;

Prefeitura de Carmo Rio Verde – Parcelamento 2016

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidos no período de abril de 2016 e janeiro de 2017;

Prefeitura de Uruana

- Parcelamento autorizado pela Lei Municipal nº 996/2006 de 10 de maio de 2006, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica (R\$ 151) referentes ao período de abril a junho de 2004 e Termo de Convênio Reluz (R\$ 90);

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidas em 2010, 2011 e 2012;

Prefeitura de Rialma – Parcelamento 2016

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, homologado judicialmente por meio do Processo 201602998293, comarca de Rialma-GO, corresponde a débitos de fornecimento de energia elétrica para prédios públicos, iluminação pública e Secretária municipal de saúde vencidas no período de maio de 2015 a julho de 2016;

Prefeitura de Nova Glória

- Parcelamento autorizado pela Lei municipal nº 1.701 de 13 de outubro de 2016, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica para prédios públicos, iluminação pública e Secretária municipal de saúde vencidas no período de agosto a outubro de 2016;

Prefeitura de Ceres – Parcelamento 2014

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica referente ao período de maio de 2008 a março de 2009 e outubro de 2010 a maio de 2011;

Prefeitura de Ceres – Parcelamento 2017

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica para prédios públicos, Secretaria de saúde e Secretaria de educação vencidas entre junho de 2016 e janeiro de 2017;

Prefeitura de Ipiranga

- Contrato de confissão de dívida e compromisso de pagamento nº 221/2017, autorizado pela Lei Municipal nº 220/2017 de 20 de setembro de 2017, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica para prédios públicos e iluminação pública vencidas no período de 06/05/2016 e 06/01/2017.

NOTA 10 – SERVIÇOS EM CURSO

Componentes	2017	2016
- Serviço Próprio	384	579
ODS Serviço Próprio	96	360
ODS Aplicação de Recursos Plano Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	288	219
ODS - Serviço Terceiros	11	8
- Total	395	587

Estão representados pelos seus custos apropriados em ordens de serviços próprias ou de terceiros, cujos valores serão transferidos para o ativo imobilizado ou para custos dos serviços prestados a terceiros por ocasião do encerramento das respectivas Ordens de Serviços.

NOTA 11 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Componentes	2017	2016
Título de Capitalização/Cheque em cobrança especial	6	4
Adiantamento a Empregados	130	147
Energia Elétrica (Reserva/PDD)/Agentes Arrecadores/Termo confissão dívida	-	71
Partes relacionadas	82	158
Fornecedores Proinfra/adiantamento	87	84
Prefeituras Municipais	59	37
Fatura aluguel de postes	48	24
Desativação em curso	93	55
Parcelamento de créditos a receber de consumidores	9	18
Outros	70	11
Total	584	609

NOTA 12 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Despesas	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Prêmios e Seguros	78	-	60	-
Fornecedores	1	-	1	-
Total	79	-	61	-

NOTA 13 – OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES

Valores a receber de acionistas pela transferência do estudo e projeto do aproveitamento de geração do rio do Peixe, denominado Columbí.

NOTA 14 – ATIVOS DE GERAÇÃO A RECEBER

Valores a receber da empresa Companhia São Patrício de Geração e Transmissão de Energia Elétrica CSP – G&T referente a investimentos realizados na instalação de novos equipamentos e reforma de itens de turbina e geradores da PCH Cachoeira do Lavrinha, conforme transferência do Contrato de Concessão nº 43/1999.

NOTA 15 – IMOBILIZADO

	2017	2016
Imobilizado em Serviço	36.205	35.477
Imobilizado em Curso	2.680	2.645
Ajuste Diferença (VNR/VOC)	18.159	2.203
Total	57.044	40.325

ATIVO IMOBILIZADO EM SERVIÇO	Taxa Média %	2017	2016
DISTRIBUIÇÃO			
- Custo Histórico	3,68%	59.693	57.402
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		42.177	15.237
ADMINISTRAÇÃO			
- Custo Histórico	4,38%	853	824
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		1.377	766
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO EM SERVIÇO	3,69%	104.100	74.229
- Custo Histórico		60.546	58.226
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		43.554	16.003
(-) DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO ACUMULADA			
DISTRIBUIÇÃO			
- Custo Histórico		(23.760)	(22.186)
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		(24.377)	(13.249)
ADMINISTRAÇÃO			
- Custo Histórico		(581)	(563)
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		(1.018)	(551)
TOTAL DA DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO		(49.736)	(36.549)
- Custo Histórico		(24.341)	(22.749)
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		(25.395)	(13.800)
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO EM SERVIÇO		54.364	37.680
IMOBILIZADO EM CURSO			
- Distribuição		2.680	2.645
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO EM CURSO		2.680	2.645
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO		57.044	40.325

Avaliação Patrimonial

A Companhia registrou complemento de seu ativo imobilizado, conforme, decorrente da aplicação da mensuração pelo Valor Novo de Reposição – VNR em contrapartida ao Patrimônio Líquido.

Imobilizado em Curso – Distribuição – refere-se essencialmente a investimentos em ampliação e reformas de redes de distribuição nos municípios atendidos pela Companhia. As principais taxas anuais de depreciação por Unidade de Cadastro – UC, conforme determina a Portaria ANEEL 367/09, definidas pela Resolução ANEEL nº 474 de 07 de fevereiro de 2012, são as seguintes:

Ativo imobilizado em serviço	Taxas anuais %
Banco de capacitores	5,00 e 6,67
Chaves	3,33 e 6,67
Condutor	2,70 e 3,57
Edificação outras	3,33
Equipamento Geral	6,25
Equipamento Geral de informática	16,67
Estrutura torre	2,70
Estrutura poste	3,57
Regulador de tensão	3,45 e 4,35
Transformador de distribuição	4,00
Medidores	4,00 e 7,69
Veículos	14,29

Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários

Em função do disposto na Instrução Contábil - IC nº 6.3.6, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. O mesmo procedimento foi adotado para os juros sobre o capital próprio que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

Vinculação do Imobilizado

De acordo com os artigos 63 e 64, do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Para efeitos de apresentação as demonstrações financeiras os bens vinculados estão sendo apresentados como ativos imobilizados, conforme orientação do Despacho ANEEL nº 4.097 de 30 de dezembro de 2010, que não recepcionou a aplicação do ICPC 01.

NOTA 16 – FORNECEDORES

Fornecedores	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Fornecedor de energia elétrica	3.768	-	3.110	-
Materiais e serviços	637	-	686	-
Total	4.405	-	3.796	-

NOTA 17 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Componentes	2017	2016
Folha de pagamento líquida	282	266
Tributos retidos na fonte	108	101
Participações nos lucros e resultados	452	342
Outras	3	4
Total	845	713

Obrigações estimadas com pessoal

Componentes	2017	2016
Provisão de férias e encargos sociais	604	577
- Total	604	577

NOTA 18 – TRIBUTOS

Impostos/Contribuições	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS	1.799	-	1.654	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	90	-	68	-
INSS	142	-	138	-
PIS/COFINS	383	-	215	-
Outros	84	-	82	-
Total	2.498	-	2.157	-

NOTA 19 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

CREDORES		2017				2016		
Operação	Juros% aa/am	Encargos de Dividas	Principal		Encargos de Dividas	Principal		
			Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	
CCB - Capital Giro CEF - 082512767000005/49	18,53aa	-	-	-	22	1.714	-	
CEF - Contr. 714-000001-82	5,5 aa	-	-	-	-	111	-	
CEF-Cartão BNDES	10,0aa	-	15	-	-	57	14	
Eletrobrás-Contr.ECFS205/2007	5,0 aa	-	45	70	-	44	115	
CCB-Bradesco Financ.Veículo 3050646-8 - Cam Volvo	12,0aa	1	41	54	1	41	95	
Eletrobrás-Contr.ECFS152/2006	5,0 aa	-	28	-	-	38	28	
BB CRED FIXO 045.808.810	19,14 aa	2	183	-	-	-	-	
Eletrobrás-Contr.ECF262/2009	5,0 aa	-	31	86	-	31	117	
Eletrobrás-Contr.ECF0321/2011	5,0aa	-	23	118	-	23	141	
BCO VW AMAROK NF449015	24,56aa	-	25	31	-	22	-	
CDC-Bradesco Financ.Veículo 3004061-2	16,90aa	-	19	6	-	19	25	
BCO VW SAVEIRO NF136644	21,11aa	-	13	1	-	-	-	
BCO VW SAVEIRO NF133756	22,48aa	-	18	2	-	-	-	
CÉDULA CREDITO CEF 08.1298.653.0000004/83	1,7am	-	-	-	-	15	-	
Banco VW Contrato 38067244	23,28aa	-	13	-	-	13	13	
Banco VW Contrato 35128986	19,14aa	-	3	-	-	9	3	
Mútuo Ricardo Pina Martin	1,4am	-	-	-	-	465	-	
Mútuo Maria Cristina P Martin	1,4am	-	-	-	-	373	-	
Total		3	457	368	23	2.975	552	

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos das parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante da Companhia tinham os seguintes vencimentos:

Componente	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
Valor da amortização anual	173	100	48	23	24	-	368
INDEXADOR			TJLP		RGR	Outros	T O T A L
%			25,4		48,6	26,0	100

Operação	Aplicação	Encargos	Atualização	Período Amortização	R\$ Mil
BB CRED FIXO 045.808.810	Capital de giro	19,14@aa	Outros	12/2017 a 11/2018	183
Eletrobrás-ECFS-0321/2011	Programa Luz para Todos	5,0%aa	RGR	01/2014 a 12/2023	141
Eletrobrás-ECFS-205/2007	Programa Luz para Todos	5,0%aa	RGR	07/2010 a 06/2020	115
Eletrobrás-ECF262/2009	Programa Reluz	5,0%aa	RGR	06/2011 a 08/2021	117
CCB-BBD-Contr.3050646-8	Financiamento veículo	12,00%aa	TJLP	12/2016 a 05/2020	95

Eletrobrás-ECFS-152/2006	Programa Luz para Todos	5,0%aa	RGR	10/2008 a 09/2018	28
CDC-BBD Contr. 3004061-2	Financiamento veículo	16,90%aa	Outros	08/2014 a 04/2019	25
BCO VW SAVEIRO NF136644	Financiamento veículo	21,11%aa	Outros	02/2017 a 01/2019	15
Banco VW Contrato 38067244	Financiamento veículo	23,28%aa	Outros	01/2017 a 12/2018	13

Mutações de Empréstimos e Financiamentos	Circulante	Não circulante
Saldo em 31/12/2015	3.355	3.761
Ingressos/Capitalizações	345	128
Amortização	(3.657)	(406)
Transferências	2.932	(2.932)
Saldo em 31/12/2016	2.975	552
Ingressos/Capitalizações	311	81
Amortização	(2.983)	-
Transferências	154	(265)
Saldo em 31/12/2017	457	368

Ingressos/Capitalizações: referem-se a financiamentos de veículos adquiridos em 2017 (R\$ mil 137), capital de giro (R\$ mil 208) e capitalização de juros de contrato de mútuo (R\$ mil 47) destinados a capital de giro da companhia, anuído pela ANEEL pelo Despacho 2.357/2015.

NOTA 20 – CONCESSIONARIAS E PERMISSIONÁRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA

Refere-se à incorporação na base de remuneração da CHESP a Subestação Rialma (69/34,5kV), conforme Despacho ANEEL/SFF nº 2.578, de 16 de agosto de 2012, que anuiu com a desvinculação e alienação pela CELG-D à CHESP.

Credora	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
CELG Distribuição S/A – CELG - D	1.514	815	1.165	1.631

NOTA 21 – ENCARGOS SETORIAIS

Encargos	2017	2016
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	473	557
Taxa de Fiscalização	8	7
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética – a aplicar	1.810	1.408
Bandeira Tarifária	1.294	138
Total	3.585	2.110

PEE e P&D: A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa Selic, conforme as Resoluções Aneel nº. 300/2008 e 316/2008.

NOTA 22 – PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

A movimentação das contas de passivos financeiros setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Componentes	Saldo 31/12/16	Adição	Amortização	Saldo 31/12/17	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante
CVA - Passiva	1.353	3.026	(3.471)	908	293	615	908
CVA – Energia comprada	360	1.806	(1.563)	603	166	437	603
CVA - PROINFA	4	-	(16)	(12)	-	(12)	(12)
CVA - CDE	989	1.093	(1.892)	190	-	190	190
CVA – Risco hidrológico projetado	-	127	-	127	127	-	127
Demais Passivos Financeiros Setoriais	2.084	-	(2.084)	-	-	-	-
Bandeira tarifária	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade	340	-	(340)	-	-	-	-
Itens Financeiros/devoluções tarifárias	1.744	-	(1.744)	-	-	-	-
Total	3.437	3.026	(5.555)	908	293	615	908

NOTA 23 – PROVISÃO PARA LITÍGIOS FISCAIS

Fiscais: PIS/COFINS - Refere-se à retenção com base em decisão liminar com mandado de segurança em Ação Judicial junto a Vara da Justiça Federal em Anápolis-GO, Processo: 1000013-59.2015.4.01.3502, cujo objeto é afastar a cobrança do PIS/COFINS sobre ICMS faturado nas contas de energia.

NOTA 24 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Componente	2017	2016
	Não circulante	Não circulante
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	150	-

São valores faturados de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos e que na próxima revisão tarifária contribuirão com a modicidade tarifária.

NOTA 25 - INCENTIVOS FISCAIS

São incentivos oferecidos pelo Governo de Goiás por meio da Lei nº 13.591 de 18 de janeiro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.265 de 31 de julho de 2000, com o objetivo específico de contribuir para a expansão da atividade de geração de energia elétrica na PCH São Patrício. O saldo desse incentivo está assim constituído:

Componentes	2017	2016
Incentivos apurados no período de Out/11 a Set/12	98	98
Incentivos apurados no período de Out/12 a Dez/12	20	20
Saldo de Incentivos Fiscais em 31 de dezembro	118	118

A Companhia recolheu, a título de antecipação do Projeto Produzir, 10% sobre o saldo financiado pelo Governo estadual.

De acordo com a Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007, os valores realizados por ocasião desse tipo de incentivo, devem ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício da Companhia.

NOTA 26 – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

Obrigações Especiais vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (não remuneradas)

Representam as contribuições da União, do Estado, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica anulando os efeitos no resultado contábil, conforme determina o Despacho nº 3.073/2006 e Resolução Normativa ANEEL nº 234 de 31 de dezembro de 2006. O prazo de vencimento dessas obrigações é estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de Geração, Transmissão e Distribuição, e sua quitação ocorrerá ao final da concessão.

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço		13.185	-	12.941	26.126
Participação da União, Estados e Municípios		1.072	-	-	1.072
Participação Financeira do Consumidor		8.675	-	12.941	21.616
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		3.438	-	-	3.438
Outros		-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda		-	-	-	-
Excedente de reativos		-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS		- 4.387	-	1.083	5.470
Participação da União, Estados e Municípios		- 460	-	-	460
Participação Financeira do Consumidor		- 2.668	-	1.083	3.751
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		- 1.260	-	-	1.260
Outros		-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda		-	-	-	-
Excedente de reativos		-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Total		8.798	-	11.858	20.656

A Resolução ANEEL nº 223 de 29 de abril de 2003, que estabelece as condições gerais para elaboração do Plano de Universalização de Energia Elétrica, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, e regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438 de 26 de junho de 2002, atribui estas responsabilidades às concessionárias e permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Tal fato já tem diminuído consideravelmente o valor da participação financeira dos consumidores acima citados.

NOTA 27 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social	2017			2016		
	Quantidade de ações	Valor da ação - R\$	Capital Social	Quantidade de ações	Valor da ação - R\$	Capital Social
Ações ordinárias	3.040.982	7,17	21.804	3.040.982	7,17	21.804
Total	3.040.982	-	21.804	3.040.982	-	21.804

Em 31 de dezembro de 2017 o valor patrimonial de cada ação (PL/Quantidade de Ações) era de R\$ 11,33 (2016 – R\$ 10,48).

Reservas de Capital	2017	2016
Ágio na subscrição de ações	1.787	1.787
Remunerações sobre o capital próprio	711	658
Reserva de Incentivos Fiscais	4.220	4.220
Total	6.718	6.665

Reservas de Lucros	2017	2016
Reserva legal	421	290
Reserva para investimentos	4.322	3.128
Total	4.743	3.418

Recursos destinados a aumento de capital	2017	2016
Adiantamento para aumento capital social	1.200	-
Total	1.200	-

A Reserva Legal foi constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite de 20% do capital social.

A Administração da companhia encaminhará proposta para transferência de R\$ mil 1.117 da conta de lucros acumulados para a conta de reserva para investimentos para fazer frente às necessidades de investimentos com recursos próprios.

NOTA 28 – CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, a saber:

BALANÇO PATRIMONIAL		2017			2016		
CONCILIAÇÃO SOCIETÁRIA X REGULATÓRIA	Nota	Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
ATIVO							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		4.092	-	4.092	5.206	-	5.206
Consumidores		11.477	-	11.477	10.816	-	10.816
Concessionárias e Permissionárias - Quota CCEE		57	-	57	46	-	46
Ativos financeiros setoriais		2.024	-	2.024	840	-	840
Tributos compensáveis		722	-	722	685	-	685
Parcelamentos com órgãos públicos		1.213	-	1.213	978	-	978
Serviços em curso		395	-	395	587	-	587
Outros ativos circulantes		584	-	584	609	-	609
Almoxarifado Operacional		393	-	393	337	-	337
Despesas Pagas antecipadamente		79	-	79	61	-	61
Total do Ativo Circulante		21.035	-	21.035	20.165	-	20.165
Ativo não circulante							
Tributos compensáveis		304		304	261	-	261
Cauções e depósitos vinculados		927		927	-	-	-
Parcelamento com Órgãos Públicos		1.525		1.525	2.071	-	2.071
Adiantamento incentivos fiscais		12		12	12	-	12
Outros ativos não circulantes		1.668		1.668	1.668	-	1.668
Ativos de geração em curso a receber		395		395	485	-	485
Bens e Direitos para uso futuro		1		1	1	-	1
Ativo financeiro da concessão	15	-	2.680	2.680	-	2.645	2.645
Intangível	15	-	29.042	29.042	-	27.499	27.499
Imobilizado	15	57.044	-	57.044	40.325	-	40.325
Intangível	15	86	-	86	119	-	119
Total do Ativo Circulante		61.960	-	25.408	36.553	44.941	10.300
Total do ativo		82.996	-	25.408	57.588	65.107	10.300
PASSIVO							
Passivo circulante							
Fornecedores		4.405	-	4.405	3.796	-	3.796
Obrigações sociais e trabalhistas		845	-	845	713	-	713
Encargos de dívidas		2	-	2	23	-	23
Tributos		2.498	-	2.498	2.157	-	2.157
Dividendos e juros sobre o capital próprio		235	-	235	212	-	212
Empréstimos e financiamentos		457	-	457	2.975	-	2.975
Concessionárias e permissionárias de energia elétrica		1.514	-	1.514	1.165	-	1.165
Obrigações estimadas com pessoal		604	-	604	577	-	577
Encargos setoriais		3.585	-	3.585	2.110	-	2.110
Passivos regulatórios		925	-	925	3.437	-	3.437
Outros passivos circulantes		216	-	216	234	-	234
Total do passivo circulante		15.285	-	15.285	17.399	-	17.399
Passivo não circulante							
Empréstimos e financiamentos		368		368	552		552
Provisão para litígios fiscais		5.223		5.223	3.208		3.208
Concessionárias e Permissionárias Energia Elétrica		815		815	1.631		1.631
Passivo financeiros setoriais		150		150	-	-	-
Incentivos fiscais		118		118	118		118
Outros Passivos Não Circulantes		11		11	11		11
Obrigações vinc a concessão do serv público en	26	20.656	-	20.656	-	9.187	-
Capital social		21.804		21.804	21.804		21.804
Reservas de capital		6.718	-	6.718	6.665	-	6.665
Reservas de lucros		4.743	1.151	5.895	3.418	-	3.418
Reservas de reavaliação	27	5.903	-	5.903	-	1.113	-
Recursos destinados a aumento de capital social		1.200	-	1.200	-	-	-
Total do passivo não circulante		67.711	-	42.303	47.708	10.300	54.806
Total do passivo		82.996	-	25.408	57.588	65.107	10.300

NOTA 29 – PARTES RELACIONADAS

Serviços	2017		2016	
	Passivo	Faturado	Passivo	Faturado
Serviços de manutenção e conservação no sistema elétrico resultado	52	1.258	79	1.231
Serviços prestados Ordens de Imobilizações – ODI's - investimentos	50	840	19	563
Serviços prestados em Ordens de Desativações – ODD's - baixas	7	120	2	83
Serviços prestados em Ordens de Serviço – ODS's - resultado	10	236	3	81
TOTAL	119	2.454	103	1.958

As transações com partes relacionadas compreendem valores pagos e a pagar à empresa Engenharia São Patrício Ltda – ENGESP, pelos serviços contratados pela Companhia e referem-se a serviços em recuperação de redes de distribuição e subestações rurais, serviços em linha viva em redes de distribuição urbanas, serviços em construções de redes de distribuição urbanas e rurais, serviços em redes de sub transmissão alta tensão – AT em 69kV, serviços de limpeza de faixa de redes rurais e poda de árvores urbanas, leitura de medidores em unidades consumidoras rurais, serviços gerais em portarias de prédios, limpeza e conservação e operação remota de subestações de distribuição, com preços e condições semelhantes ou menores do que os praticados usualmente pelo mercado, contrato anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 951 de 04 de abril de 2017, assim registrados:

Passivo: refere-se a valores a pagar à ENGESP em 31 de dezembro de 2017.

Faturado: refere-se a faturamento bruto contabilizado em contas de resultado, investimentos e baixas

NOTA 30 – DIVIDENDOS/JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído à título de dividendos

Componentes	2017	2016
Lucro líquido do exercício	2.614	3.038
(-) Constituição de reserva legal	(131)	(123)
Lucro líquido ajustado	2.483	2.915
Dividendos propostos	621	586
(-) Dividendos intermediários	(1.367)	(1.249)

NOTA 31 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia optou pela tributação pelo Lucro Real no ano de 2017, calculando a provisão para o Imposto de Renda à alíquota de 15% sobre o Lucro Tributável, acrescido do adicional específico de 10% sobre o valor que excedeu a R\$ 240 mil. A provisão para Contribuição Social foi constituída a alíquota de 9% do Lucro Líquido ajustado antes do Imposto de Renda, conforme legislação específica da Receita Federal.

NOTA 32 – PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A companhia reconheceu no resultado do exercício R\$ 314 mil para empregados a título de Programa de Participação nos Resultados – PPR e R\$ 138 mil para diretores (2016 – R\$ 213 mil e R\$ 130 mil respectivamente).

NOTA 33 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

FORNECIMENTO FATURADO	Número de Consumidores em 31.12		MWh		Receita	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
CLASSE						
Residencial	27.949	27.532	45.078	43.324	36.132	37.692
Industrial	84	89	14.183	13.440	8.084	9.427
Comércio e serviços	3.047	3.026	21.289	20.447	16.795	18.103
Rural	4.611	4.500	16.820	18.208	7.932	8.920
Poder Público	451	433	5.851	5.618	4.254	4.690
Iluminação Pública	31	31	8.895	9.518	3.957	4.493
Serviço Público	66	66	4.583	4.662	2.584	3.143
Consumo Próprio	11	11	208	224	-	-
(=) Fornecimento Faturado	36.250	35.688	116.907	115.441	79.738	86.468
Fornecimento Não Faturado					229	(317)
Fornecimento de energia elétrica	36.250	35.688	116.907	115.441	79.967	86.151

Descontos Tarifários e Equilíbrio da Redução Tarifária – aportes CDE	3.927	4.290
Subsidio Baixa Renda	604	658
Encargos de conexão de agentes de geração	198	52
Renda da prestação de serviço	511	197
Serviço taxado	158	167
Arrendamento e aluguéis	318	279
Realização de incentivos fiscais	-	573
CVA ativa/passiva e demais passivos regulatórios	3.490	(1.331)
Fornecimento diferimento ou devoluções	(328)	-
Outras receitas	9	251
Outras receitas operacionais	8.887	5.136
Total da receita operacional bruta	88.854	91.287
Deduções da receita operacional		
ICMS	(21.789)	(23.680)
PIS	(963)	(956)
COFINS	(4.445)	(4.411)
ISS	(12)	(10)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(5.799)	(6.776)
Programa de P&D e eficiência energética	(482)	(481)
Bandeira tarifária	(2.339)	(1.237)
Taxa de fiscalização	(91)	(105)
Total	(35.920)	(37.656)
Receita operacional líquida	52.934	53.631

*crescimento de mercado de 1,27% no ano

Aportes CDE - As subvenções recebidas via aporte CDE, referem-se à compensação de descontos concedidos e despesas já incorridas com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato às distribuidoras.

NOTA 34 – ENCARGOS SETORIAIS

Componentes	2017	2016
Conta de desenvolvimento energético – CDE	5.799	6.776
Taxa de fiscalização – ANEEL	91	105
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	482	480
Bandeira tarifária	2.339	1.236
Total	8.711	8.598

NOTA 35 – ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

Em 31/07/2017 a CHESP deixou de ser suprida pela Companhia Energética de Goiás - CELG-D e passou a comprar energia da COPEL Geração e Transmissão S/A. Como consequência de estar operando diretamente no mercado, passou a receber de forma direta a energia compulsória das seguintes fontes: Itaipu, Eletronuclear, Cotas de Garantias Físicas. Por questões contratuais a COPEL, fornece a energia complementar para propiciar o atendimento a totalidade do mercado da CHESP.

Componentes	MWh		Reais mil	
	2017	2016	2017	2016
CELG Distribuição S/A	75.602	127.525	18.532	31.106
COPEL Geração e Transmissão S/A	30.853	-	4.475	-
Cotas de Garantias Físicas / Recontabilização	14.760	-	4.436	-
Eletróbrás – Cotas demanda Itaipu	9.073	-	1.805	-
Eletronuclear – Cotas de energia nuclear - Angra	1.647	-	371	-
Programa Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - OPRINFA	2.938	2.870	877	940
Encargos de conexão, transmissão e distribuição	-	-	729	338
Total	134.873	130.395	31.225	32.384

NOTA 36 – GASTOS DIVERSOS

Componentes	2017	2016
Taxa arrecadação	460	459
Custo campanha medidas/obras canceladas	338	61
Penalidades contratuais e regulatórias AI e DIC/FIC/DMIC	184	155
Mensalidades associativas	17	15
Custeio conselho de consumidores	21	12
Consumo próprio energia elétrica	173	202
Indenizações por perdas e danos	19	17
Outras	75	56
Total	1.287	977

NOTA 37 – OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Componentes	2017	2016
Ganhos na alienação de bens e direitos	120	46
Perdas na desativação de bens e direitos	(154)	(271)
Total	(34)	(225)

NOTA 38 – RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	2017	2016
Var Monet e Acréscimo moratório energia vendida	967	1.085
Renda de aplicação financeira	316	326
Receita financeira de precatório	198	-
Atualização de Ativos Regulatórios	45	-
Transgressão DIC/FIC/DMIC	57	35
Outras receitas financeiras	(5)	55
Total	1.578	1.501

Despesas Financeiras	2017	2016
Encargos das dívidas de curto prazo – Empréstimos e Financiamentos	173	544
Encargos das dívidas de curto prazo – Juros	79	285
Multas sobre impostos e contribuições sociais	7	111
Variação monetária de passivos regulatórios	196	140
Juros e variação monetária incorporação SE/Rialma	172	-
Multas: agências reguladoras e órgãos federais	-	32
Outras despesas financeiras	64	121
Total	691	1.233
RESULTADO	887	268

Os encargos financeiros, distribuídos por macroatividades, estão apropriados no resultado e parcialmente no imobilizado em curso em conformidade com a Instrução Contábil 6.3.19 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996.

Para efeitos de apresentação das demonstrações financeiras, os custos dos empréstimos estão sendo apresentados como ativos imobilizados, conforme orientação do Despacho ANEEL nº 4.097 de 30 de dezembro de 2010, que não recepcionou a aplicação do ICPC 01.

NOTA 39 – SEGUROS

A Companhia mantém cobertura securitária da frota, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros cobertura de danos pessoais e ou materiais incorridos;

Seguradora	Risco	Vigência	Importância Segurada	Prêmio
BB Seguros	Apólice 389757926464731-cobert. abrangente	28/12/17 a 28/12/18	Tabela FIPE	92

NOTA 40 – ASPECTOS REGULATÓRIOS

I) Reajuste Tarifário Anual – RTA -2017

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboraram seus pleitos, com base em fórmulas definidas nos contratos de concessão, onde consideram-se custos não gerenciáveis (parcela A), custo gerenciáveis (parcela B), a variação do IGP-M, ajustado pelo fator X.

Por meio Resolução Homologatória nº 2.346, de 14 de novembro de 2017, a ANEEL aprovou o reajuste tarifário anual da CHESP em 10,27% (dez vírgula vinte e sete por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora, para o período de 22 de novembro de 2017 a 21 de novembro de 2018.

II) Revisão Tarifária Periódica - RTP

A revisão tarifária periódica ocorre a cada cinco anos e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A próxima data-base de revisão tarifária da companhia é novembro de 2021. Neste processo, a Aneel procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão.

NOTA 41– BAIXA RENDA

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu novos critérios para classificação de unidades consumidoras na subclasse residencial baixa renda, conforme Resoluções ANEEL nº 246 de 30 de abril de 2002 e nº 485 de 29 de agosto de 2002. Com a aplicação dos novos critérios a Companhia apurou a Diferença Mensal de Receita homologada pela ANEEL, conforme demonstrado a seguir:

Diferença mensal de receita												2017	2016	
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Total
Valor	50	53	52	53	49	53	47	48	52	51	49	51	608	658

Esses valores foram contabilizados pelo regime de competência. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2017 se apresenta no valor de R\$ 113 (2016 - R\$ 113).

NOTA 42 – OUTROS ASPECTOS REGULATÓRIOS

I) Universalização

A CHESP está totalmente universalizada em sua área urbana e rural e fornece energia a 36.250 unidades consumidoras, sendo 27.949 da classe residencial, 4.611 da classe rural, 3.047 da classe comercial e 643 das demais classes.

II) Programa PROINFA

A Lei 10.438/2002, por meio de seu Artigo 3º, instituiu o Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, no Sistema Elétrico Interligado Nacional. Os custos concernentes à aquisição de energia gerada pelo PROINFA, incorridos pela Eletrobrás, inclusive administrativos, financeiros e tributários, serão rateados por todas as classes de consumidores, exceto os de baixa renda, cujo consumo seja igual ou inferior a 80kWh/mês. Cabe aos agentes do SIN que comercializam energia para o consumidor final e/ou recolham tarifas de uso do sistema de transmissão - TUST ou distribuição – TUSD, relativos a consumidores livres, o recolhimento à Eletrobrás, para crédito do PROINFA, do valor da cota anual em duodécimos fixados pela ANEEL. Os procedimentos para rateio dos custos desse programa constam no Decreto 5.125/04.

III) Bandeiras Tarifárias

Foi criada pelo Decreto nº 8.401/2015 e tem como finalidade administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras são revertidos à Conta Bandeiras e os recursos disponíveis na Conta são repassados aos agentes de distribuição, considerados os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e de exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo, e a cobertura tarifária vigente.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE é responsável pela criação e manutenção da Conta Bandeiras, cuja regulamentação foi realizada pela ANEEL por meio do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - **PRORET**.

No exercício de 2017 a Companhia faturou aos seus consumidores o montante de R\$ 2.339 mil de Bandeira Tarifária. Deste montante, após homologação pela ANEEL, R\$ 879 mil foram repassados a CCEE, R\$ 166 mil foram considerados no reajuste tarifário de 2017 como **Conta de compensação de variação de custos da parcela “A”- CVAenergia** e R\$ 1.294 mil continuam em aberto registrado no passivo como – encargos setoriais (Nota 21).

Ceres-GO, 31 de dezembro de 2017

COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maria Cristina de Pina Martin
Presidente

Ricardo de Pina Martin
Conselheiro

Guilherme de Pina Martin
Conselheiro

Herine Sabag de Pina
Conselheira

Rodolfo de Podestá Martin
Conselheiro

DIRETORIA

Ricardo de Pina Martin
Diretor Presidente

Jonas Borges
Diretor Econômico e Financeiro

Rauflin Gonçalves de Souza
Diretor Técnico-Comercial

Vanderlei da Costa
Contabilista CRC/GO N°007250/O-2
CPF 167.147.171-72